

## 4. Caracterização dos municípios

desenvolvimento social, econômico e contexto demográfico

Simone Gonçalves de Assis  
Edinilsa Ramos de Souza  
Maria Cecília de Souza Minayo

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ASSIS, SG., SOUZA, ER., and MINAYO, MCS. Caracterização dos municípios: desenvolvimento social, econômico e contexto demográfico. In: MINAYO, MCS., and DESLANDES, SF., orgs. *Análise diagnóstica da política nacional de saúde para redução de acidentes e violências* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007, pp. 69-86. ISBN: 978-85-7541-541-2. Available from: doi: [10.7479/9788575415412](https://doi.org/10.7479/9788575415412). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/fx9hn/epub/minayo-9788575415412.epub>.

---



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## 4 | CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS: DESENVOLVIMENTO SOCIAL, ECONÔMICO E CONTEXTO DEMOGRÁFICO

Simone Gonçalves de Assis  
Edinilsa Ramos de Souza  
Maria Cecília de Souza Minayo

Apresentamos uma breve caracterização socioeconômica e demográfica das áreas onde se desenvolve nosso estudo, visando a configurar o cenário em que está ocorrendo e em que condições se desenvolve a implementação da PNRMAV. Alguns indicadores foram privilegiados nesta contextualização. São os que avaliam:

- Desenvolvimento social e econômico: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI), Produto Interno Bruto (PIB) e Distribuição de Renda Nominal Mensal (DRNM).
- Aspectos demográficos e territoriais: população (sexo e faixa etária), densidade demográfica (hab/km<sup>2</sup>), percentual de população urbana, extensão em km<sup>2</sup>, e divisão do município em áreas e bairros.
- Educação: percentual de crianças de 7-14 anos analfabetas, percentual de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas, percentual de pessoas de 15 anos ou mais com menos de 4 anos de estudo, taxa de alfabetização e média de anos de estudo de pessoas com 20 ou mais anos.
- Habitação e saneamento: percentual de pessoas que vivem em domicílios com densidade acima de 2 pessoas por dormitório, percentual de pessoas que vivem em domicílios considerados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como subnormais, percentual de pessoas que vivem em domicílios com água encanada, percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica e percentual de pessoas que vivem em domicílios com serviço de coleta de lixo.
- Ocupação: taxa de desemprego.

## ÍNDICES QUE AVALIAM DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador utilizado para medir e comparar padrões de vida de diferentes populações. É uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população. Criado pelo paquistanês Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da “felicidade” das pessoas. Tampouco indica “o melhor lugar no mundo para se viver”. Vem sendo usado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) da Organização das Nações Unidas (ONU), para comparar alguns aspectos fundamentais da vida social nos países, sendo que seu cálculo foi legitimado e disseminado por vários países do mundo.

O IDH é composto por três dimensões: longevidade (esperança de vida ao nascer), educação (taxa de analfabetismo e número de anos de estudo) e renda (renda familiar *per capita*). O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, melhor o indicador de desenvolvimento humano. O Pnud classifica o IDH da seguinte forma:

- IDH entre 0 e 0,5 – Baixo Desenvolvimento Humano
- IDH entre 0,5 e 0,8 – Médio Desenvolvimento Humano
- IDH entre 0,8 e 1 – Alto Desenvolvimento Humano

Na tabela 7, observamos o IDH das cinco áreas nos anos de 1991 e 2000. De forma indiscriminada, observamos o crescimento das condições e qualidade de vida das populações que vivem nessas cinco cidades brasileiras. Todavia, esse crescimento foi mais acelerado nas cidades de Recife e Curitiba e menor em Manaus. Rio de Janeiro e Distrito Federal apresentam índice de crescimento intermediário.

Tabela 7 – Índice de Desenvolvimento Humano em quatro capitais brasileiras e Distrito Federal

CIDADES	1991	2000	Crescimento %
Manaus	0,745	0,774	3,9
Distrito Federal	0,799	0,844	5,6
Recife	0,740	0,797	7,7
Rio de Janeiro	0,798	0,842	5,5
Curitiba	0,799	0,856	7,1

Fonte: Pnud, 2003.

Em 2000, o Distrito Federal e as duas capitais das regiões Sudeste e Sul alcançaram alto nível de desenvolvimento humano. Manaus e Recife se mantêm com IDH médio. Neste ano mais recente, Curitiba é a cidade que apresenta o melhor IDH, seguida por Brasília, Rio de Janeiro, Recife e Manaus.

Na tabela 8, temos o Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI) dos cinco locais estudados. Este índice foi proposto pelo Unicef (2006), para avaliar o processo de sobrevivência, crescimento e desenvolvimento das crianças entre 0 e 6 anos de idade. É aferido da mesma forma que o IDH e com os mesmos pontos de corte. O melhor IDI de um município significa que todas as crianças moram com pais que têm mais de 4 anos de escolaridade e que os direitos aos serviços básicos de saúde materno-infantil (cobertura vacinal em menores de um ano de idade, cobertura pré-natal adequada) e pré-escola (escolarização na pré-escola) estão plenamente garantidos.

Tabela 8 – Índice de Desenvolvimento Infantil em quatro capitais brasileiras e Distrito Federal

CIDADES	1999	2004	Crescimento %
Manaus	0,637	0,681	8,0
Distrito Federal	0,715	0,785	9,8
Recife	0,697	0,763	9,4
Rio de Janeiro	0,750	0,790	5,8
Curitiba	0,749	0,746	0,4

Fonte: Unicef, 2006.

Constatamos que todos os cinco municípios analisados possuem IDI médio. O crescimento do IDI em quatro capitais segue a tendência notada para o Brasil, que passou de 0,609 em 1999 para 0,667 em 2004 (crescimento de 9,5%). Curitiba apresentou um discreto decréscimo no período.

Rio de Janeiro e Distrito Federal se destacam por melhores índices, seguidos por Recife e Curitiba. Tal qual ocorre no IDH, Manaus é a cidade com pior IDI.

Estes dados que avaliam qualidade de vida e saúde também se expressam na probabilidade de uma pessoa sobreviver até 60 anos de idade. Para o ano de 2000, essa probabilidade foi de 87,5% em Curitiba, 81,1% no Distrito Federal, 78,5% no Rio de Janeiro, 77,5% em Recife e 76,6% em Manaus (Pnud, 2003).

Índices como o IDH e o IDI mostram o nível de desenvolvimento socioeconômico das cidades. Por essa razão, apresentamos algumas informações sobre o desenvolvimento e a renda da população que habita nessas áreas. Primeiramente apresentamos, na tabela 9, o Produto Interno Bruto em valores totais dos cinco locais estudados. O município do Rio de Janeiro é o que produz mais riquezas em reais, seguido de forma distante por Distrito Federal e Manaus. Curitiba e Recife são as cidades com menor produção de riqueza total.

O PIB *per capita* das cinco áreas também consta da tabela 9. Representa a soma, em reais, de todas as riquezas finais produzidas nessas localidades, dividida pela população residente nelas. Como podemos observar, o Distrito Federal apresenta o mais elevado PIB, seguido por Manaus, que recebe recursos significativos dos *royalties* pelo tráfego do gás natural oriundo do poço de Urucu e do crescimento do parque industrial de Manaus. Um pouco mais distante está o Rio de Janeiro. Curitiba e Recife mantêm menor nível de produção de riquezas *per capita*, dentre as áreas estudadas.

Como a distribuição *per capita* mascara o problema da má distribuição de renda, incluímos a análise do Índice de Gini, que mede a desigualdade existente na distribuição de renda dos indivíduos segundo a renda familiar *per capita*. Assim como os outros índices, este varia de 0 a 1, mas ao inverso: quanto mais perto de um, maior a desigualdade existente. Na tabela também percebemos que, embora em todos os cinco espaços estudados haja muita concentração de renda acumulada na mão dos 10% mais ricos, Recife e Manaus se destacam pelo maior grau de desigualdade de renda existente.

Tabela 9 – Indicadores econômicos em quatro capitais brasileiras e Distrito Federal – 2000 e 2004

CIDADES	PIB (em mil reais) 2004 <sup>1</sup>	PIB per capita (em reais) 2004 <sup>1</sup>	Índice de Gini 2000 <sup>2</sup>	Percentual de renda acumulada pelos 10% mais ricos 2000 <sup>2</sup>
Manaus	29.677.238	18,635	0,64	52,1
Distrito Federal	43.521.629	19,071	0,64	49,9
Recife	14.279.476	9,604	0,68	55,1
Rio de Janeiro	222.563.503	14,639	0,62	48,2
Curitiba	19.109.744	11,065	0,59	46,7

Fontes: (1) IBGE, 2004b; (2) Pnud, 2003.

Considerando a renda mensal da população que habita nas cidades e no Distrito Federal, vemos que Manaus e Recife sobressaem por possuírem populações de mais baixa renda mensal: 24% e 30% recebem até um salário mínimo (SM) mensal. Distrito Federal, Rio de Janeiro e Curitiba destacam-se pela renda mais elevada: 37% de suas populações recebem mais de cinco salários mínimo mensais. Esses dados poderão ser vistos e discutidos, em detalhes, nos gráficos e texto que se seguem.

### Sobre Manaus

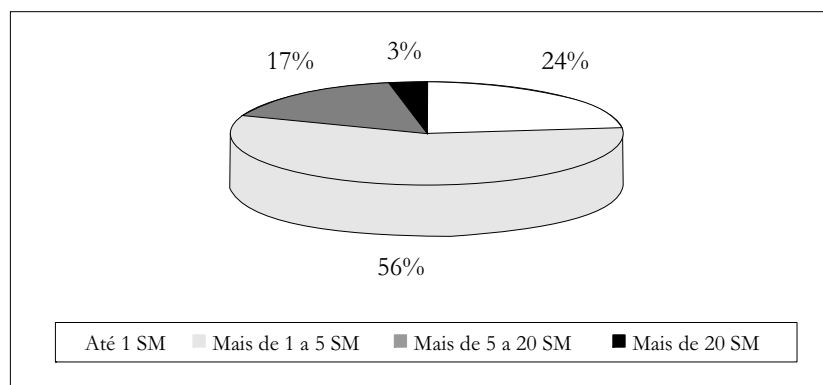
O município apresenta um desenvolvimento historicamente associado aos ciclos econômicos da região amazônica. A Zona Franca de Manaus constituiu, sobretudo a partir dos avanços nas décadas de 70 e 80, poderosa alavanca para o crescimento populacional.

A década de 90 representou momentos de mudanças, de rumos e adaptação da economia local. A década atual, por sua vez, assinala o aumento de novos investimentos da iniciativa privada e na reorganização do setor público. Os indicadores vêm se alterando, revelando algumas melhorias em setores frágeis. A mortalidade infantil, por exemplo, baixou para 22,7 mortes em cada mil crianças nascidas vivas, melhorando a condição anterior.

Com características de metrópole, Manaus guarda em si todos os problemas que essa condição traz, sobretudo pela característica de congregar e atrair a população do estado como um todo, além dos municípios de estados vizinhos. Padece de um processo migratório que tomou conta da cidade nas últimas décadas, dobrando a sua população e dificultando a estabilização de políticas públicas possam atender à demanda cada vez mais crescente. No período de 2001 para 2002, Manaus registrou o maior índice de crescimento populacional das capitais do país: 2,54%. De acordo com números do IBGE (2004a), Recife registrou 0,83%, Rio de Janeiro 0,67%. A média nacional foi de 1,3% para o período.

Embora Manaus apresente PIB *per capita* elevado, sua população está entre a que tem renda mais baixa e desigual, configurando um quadro de má distribuição das riquezas produzidas. Informações sobre renda da população podem ser observadas no gráfico 1, com dados do Censo do IBGE de 2000. Constatamos que 80% da população da cidade de Manaus recebe até 5 SM mensais (o salário mínimo tinha valor de 151,00 reais em 2000). Apenas 3% da população recebem acima de 20 SM, menor percentual constatado nas cinco cidades investigadas (Concefet, 2006).

Gráfico 1 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade por classes de rendimento nominal mensal. Manaus



Fonte: IBGE, 2004a.

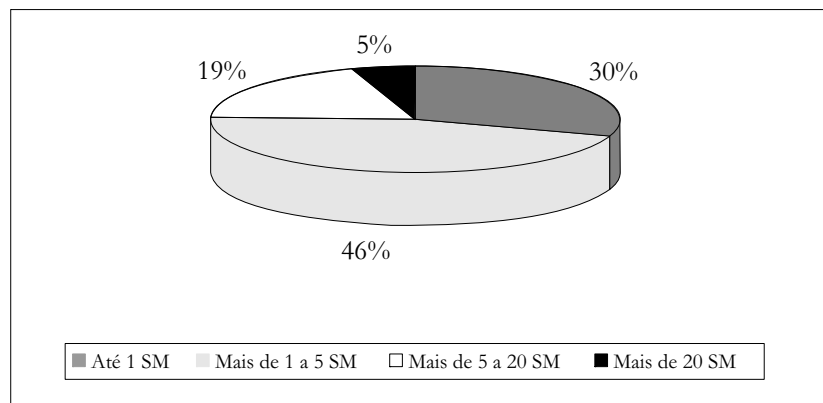
A desigualdade socioeconômica em Manaus se manifesta nos diferentes níveis de renda segundo a região da cidade. O bairro da Ponta Negra apresenta o rendimento nominal familiar de R\$ 8.049,48, com baixa densidade populacional e elevado nível de organização urbana. O bairro do Puraquequara, na zona Leste da metrópole, possui características semelhantes às zonas rurais, com pouca urbanização e renda nominal familiar de R\$ 331,97.

## Sobre Recife

A economia da cidade de Recife está voltada essencialmente para atividades comerciais e prestação de serviços, típicas do setor terciário moderno, o que responde por 95% de todo o valor da riqueza gerada. Apesar do desempenho da economia formal, com uma base econômica relativamente moderna, Recife ainda se encontra fortemente ligado à chamada economia informal. Persiste uma enorme rede de atividades vinculadas ao comércio e serviços informais que mantém ocupada significativa parcela da população. No setor informal há expressivo número de micro e pequenas empresas prestadoras de serviços que têm um papel importante para a economia da cidade, absorvendo mão-de-obra.

A cidade detém o pior PIB e PIB *per capita* dentre as cinco áreas investigadas. Os dados sobre renda familiar confirmam o quadro generalizado e enraizado de desequilíbrio na distribuição dos rendimentos de Recife. Segundo o IBGE, no Censo de 2000, 30% do rendimento nominal mensal do responsável pelo domicílio era inferior a um salário mínimo ou a pessoa não possuía rendimento, ao passo que 5% dos moradores dispunham de rendimentos superiores a 20 salários, situando-se no outro extremo. Mas de modo geral, a população de Recife é considerada bastante pobre, pois 76% dos responsáveis pelo domicílio ganham até 5 salários mínimos (gráfico 2).

Gráfico 2 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade por classes de rendimento nominal mensal. Recife



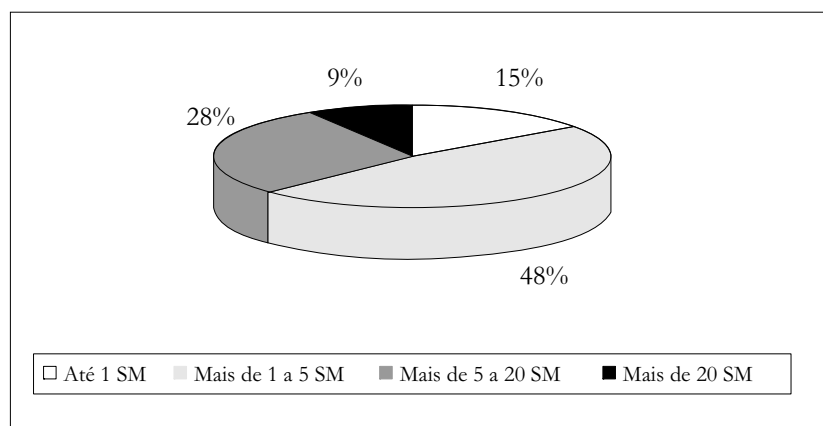
Fonte: IBGE, 2004a.

Em Recife, há concentração de renda em localidades específicas. Os maiores contrastes encontram-se nos bairros da Jaqueira (rendimento nominal mensal médio dos responsáveis pelo domicílio de R\$ 5.195,62) e no distrito sanitário do bairro denominado Recife (R\$ 203,51). No extremo oposto existem as regiões dos morros (renda familiar *per capita* inferior a R\$ 350). De um modo geral, há grande contraste interno entre os bairros e dentro dos bairros.

## Distrito Federal

O Distrito Federal é líder em qualidade de vida avaliada pelo IDH entre as 27 unidades da Federação. Em 2003, mostrou novo incremento, com IDH de 0,849, bem acima da média brasileira neste ano (0,766). Possui também elevado PIB e PIB *per capita*. É uma unidade singular no cenário socioeconômico e político nacional, nela situa-se a capital brasileira – Brasília – fundada há 46 anos. Desenvolve atividades ligadas à administração pública local e federal, sendo um marco do urbanismo contemporâneo e da arquitetura moderna. Concentra habitantes vindos de diversas regiões do país e possui a maior renda *per capita* do Brasil.

Gráfico 3 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade por classes de rendimento nominal mensal. Distrito Federal



Fonte: IBGE, 2004a.

Dados mais recentes do Distrito Federal mostram que a renda média domiciliar bruta mensal era da ordem de 9 salários mínimos em 2004. As maiores rendas foram detectadas no Lago Sul (43,4 SM) e Lago Norte (34,3 SM), onde residem os dirigentes do país, funcionários públicos graduados, profissionais liberais e comerciantes que recebem rendimentos mais elevados. As menores rendas estão nas regiões administrativas de Itapoã (1,6 SM) e da SCIA – Estrutural (1,9 SM), locais de invasões e assentamentos. Os dados dessas localidades tornam o Distrito Federal refém do modelo de desigualdade do país.

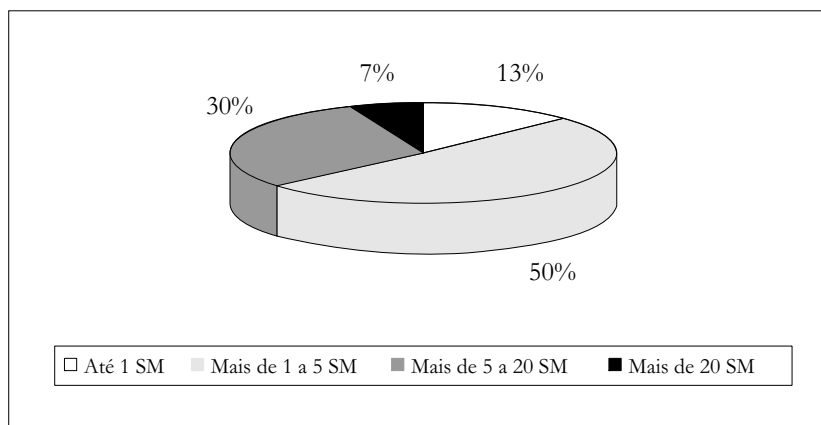
## Sobre o município do Rio de Janeiro

Não há dúvida quanto à evolução de índices sociais e econômicos no Rio de Janeiro nos últimos anos, após décadas de estagnação. Contudo, é preciso enfatizar o fato de o município reunir grupos populacionais extremamente desiguais convivendo lado a lado,



não raro no mesmo bairro, freqüentemente submetidos a condições de vida diametralmente opostas. Nestas circunstâncias, índices e taxas construídos para o município como um todo escondem desigualdades expressas em valores médios. O estado do Rio de Janeiro é a segunda maior economia do Brasil, e a quarta da América do Sul, tendo uma participação no PIB nacional de 15,8% (IBGE, 2004b). O município do Rio de Janeiro apresenta o maior PIB *per capita* da Região Metropolitana, com a atividade produtiva concentrada no comércio (62%) e na prestação de serviços (14%). O município é considerado uma cidade pólo, pois absorve a mão-de-obra de cidades vizinhas.

Gráfico 4 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade por classes de rendimento nominal mensal. Rio de Janeiro

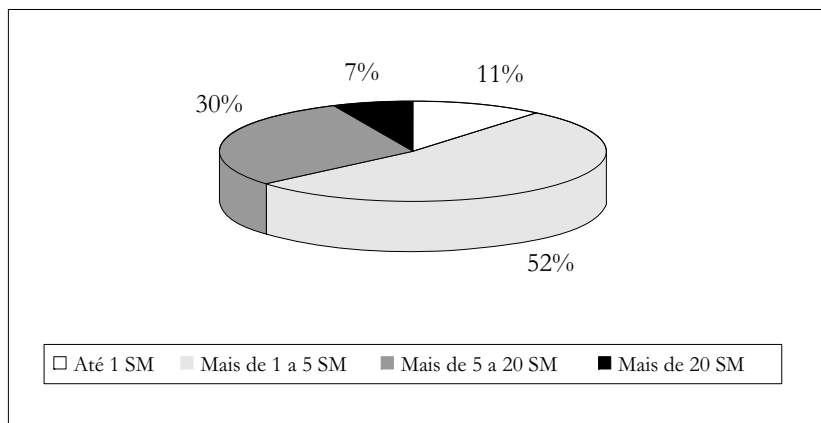


Fonte: IBGE, 2004a.

## Sobre Curitiba

Esta capital possui função geopolítica como capital do estado do Paraná e é cidade pólo para 26 municípios que compõem a Região Metropolitana de Curitiba. Em consonância com o contexto brasileiro, tem enfrentado o fenômeno da metropolização e, desde a década de 1970, recebe os trabalhadores rurais do Paraná expulsos do campo, bem como moradores de pequenas e médias cidades vítimas de crônicas recessões econômicas. Os indicadores econômicos de Curitiba, no entanto, apresentam tendência de crescimento há vários anos.

Gráfico 5 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade por classes de rendimento nominal mensal. Curitiba



Fonte: IBGE, 2004a.

A renda *per capita* média do município de Curitiba cresceu 37,4%, passando de R\$ 451,00, em 1991, para R\$ 616,82, em 2000. Todavia, a desigualdade na cidade também cresceu no período, refletindo uma tendência nacional, medida pelo Índice de Gini: passou de 0,55 em 1991 para 0,59 em 2000.

## INDICADORES DEMOGRÁFICOS E TERRITORIAIS

Alguns dados populacionais e territoriais das cidades estudadas e Distrito Federal podem ser visualizados na tabela 10. Ressaltamos a grande extensão da cidade de Manaus, seguida pelo Distrito Federal e pelo Rio de Janeiro. Esta última capital se destaca em relação às outras, por abrigar a maior população e elevada densidade populacional por km<sup>2</sup>. Recife é a cidade com maior densidade populacional e o Distrito Federal e Manaus são as menos densas populacionalmente.

Tabela 10 – Dados populacionais e territoriais de quatro capitais brasileiras e Distrito Federal

Cidades	Extensão (em km <sup>2</sup> ) IBGE	População	Densidade demográfica – 2000 hab/km <sup>2</sup>	População urbana (%) 2000	Divisões em áreas	Número de bairros
Manaus	11.458,5	1.565.709 (2004)	122,5	99,4	5 Zonas	56
Recife	218,7	1.504.154 (2005)	6.501,8	100,0	6 Regiões político- administrativas	94
Distrito Federal	5.822,1	2.096.534 (2004)	350,9	95,6	19 Regiões político- administrativas	94
Rio de Janeiro	1.264,2	6.094.182 (2005)	4.627,9	100,0	10 Áreas de planejamento (32 Regiões Administrativas)	157
Curitiba	430,9	1.727.010 (2004)	3.682,8	100,0	9 Administrações regionais	75

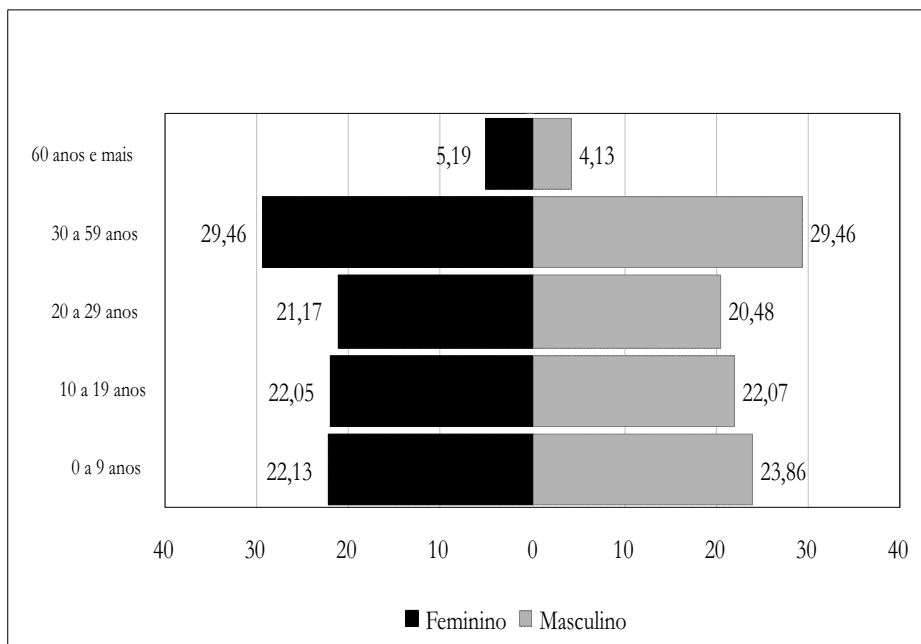
Fontes: IBGE (2004c); Pnud (2003).

A cidade de Manaus é essencialmente heterogênea em termos socioeconômicos. Nela, existem profundos contrastes quanto às condições de vida, vinculadas a visíveis desigualdades sociais. As zonas Leste e Norte são mais populosas e concentram a população de menor poder aquisitivo; a Zona Oeste agrega bairros com alto índice de violência e pobreza, mas, paradoxalmente, abriga o bairro onde reside a parcela populacional mais rica economicamente, o Ponta Negra; a Zona Sul concentra a parte mais antiga da cidade, integra pólos econômicos importantes, como o principal centro comercial e o Distrito Industrial, e abriga sedes de várias empresas multinacionais.

Manaus tem convivido com modificações territoriais causadas por várias “invasões”, forjando nova configuração urbana que ainda não está estabilizada. Nos bairros criados por “invasões”, a precariedade de estrutura urbana é notória. Há carências de vias públicas, de serviço de saneamento e esgoto, de fornecimento de energia elétrica e de equipamentos sociais.

A distribuição demográfica evidencia elevada concentração de população jovem, e entre as cinco áreas estudadas, caracteriza-se por ter maiores proporções de crianças, adolescentes, adultos jovens e adultos entre 30 e 59 anos.

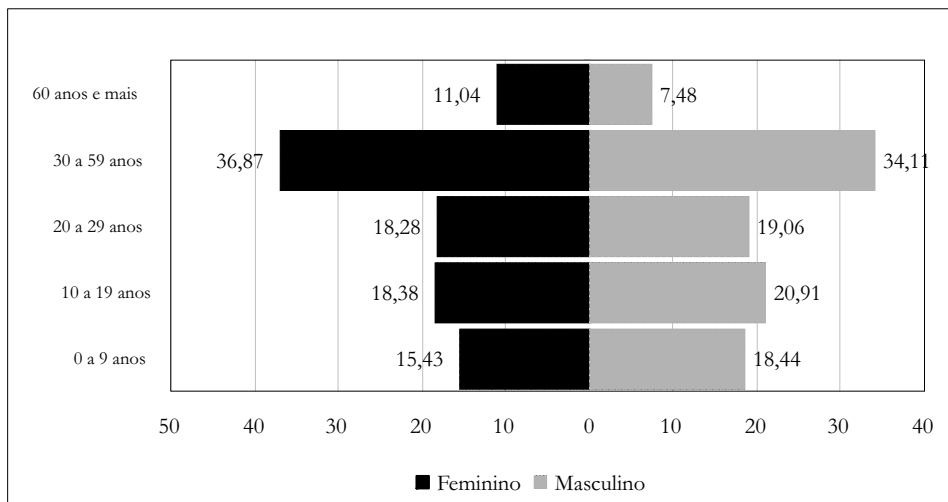
Gráfico 6 – Distribuição proporcional da população, segundo faixa etária e sexo. Manaus - 2000



Fonte: IBGE, 2004a.

Recife também possui um padrão muito heterogêneo de ocupação, congregando bairros de baixa e elevada densidade populacional. Sua população residente é completamente urbana, com predomínio feminino (53,5% contra 46,5% do sexo masculino). A pirâmide populacional do Recife, em 2004, indicava predominância das faixas etárias mais jovens, com maiores concentrações nas faixas etárias de 10 a 29 anos. Esse grupo concentra 38% do total da população, ao passo que o grupo com idade acima de 60 anos representa 9,4% dos habitantes.

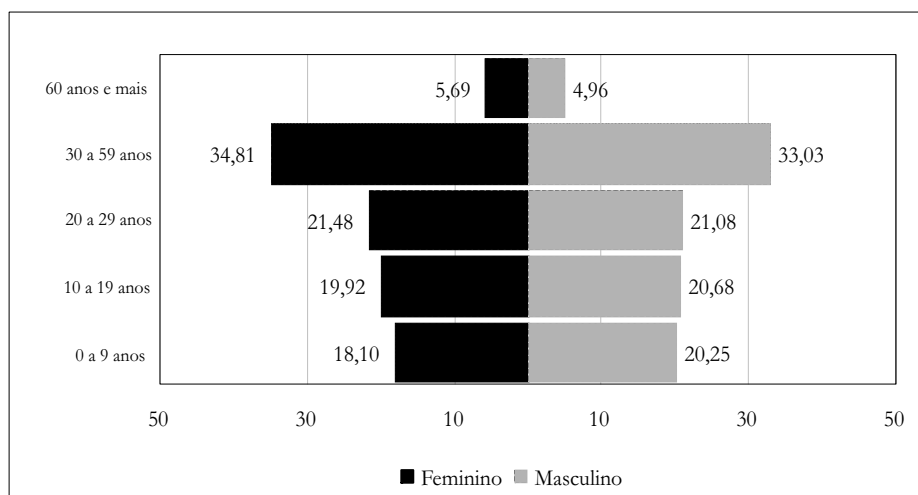
Gráfico 7 – Distribuição proporcional da população, segundo faixa etária e sexo. Recife - 2000



Fonte: IBGE, 2004a.

O Distrito Federal possui 29 regiões administrativas, mas o IBGE só disponibiliza dados de caracterização territorial e demográfica de 19 delas. A população apresenta uma taxa por sexo equilibrada em relação ao número de homens e de mulheres (cerca de 49% homens e 51% mulheres). Também nesta cidade se observa o predomínio da população jovem, como pode ser visto no gráfico a seguir.

Gráfico 8 – Distribuição proporcional da população, segundo faixa etária e sexo. Distrito Federal - 2000



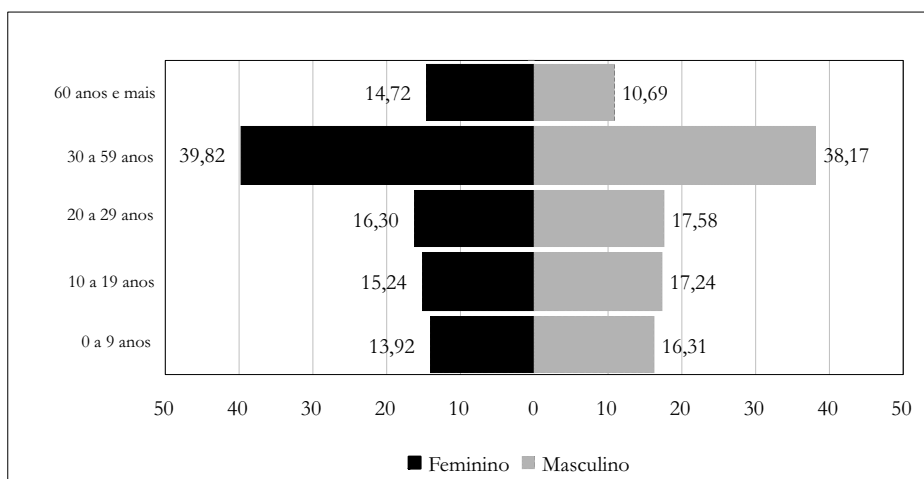
Fonte: IBGE, 2004a.

O município do Rio de Janeiro também é composto por áreas mais e menos populosas. A distribuição da população no Rio de Janeiro por sexo e faixa etária evidencia maior número de mulheres na faixa etária acima de 20 anos em relação aos homens dessa cidade. Essa é uma tendência nacional como demonstram vários estudos, explicada, entre outros fatores, pela elevada taxa de mortalidade masculina, sobretudo nos adultos jovens com idades entre 20 a 39 anos vítimas da mortalidade por causas externas (83,6%) no país (Minayo & Souza, 2003).

A população do Rio de Janeiro é predominantemente urbana, formada principalmente por adultos na faixa etária do 30 a 59 anos. Destaca-se o contingente de crianças e jovens na faixa etária de 10 aos 19 anos, superior ao de crianças de 0 a 9 anos, evidenciado que a pirâmide etária do município tende a se inverter (gráfico 9). Já sobressai o aumento da população idosa nos últimos anos.

A base da pirâmide (faixa etária de 0 a 9) é menor que as faixas etárias subsequentes, o que evidencia o decréscimo dos nascimentos nos últimos anos. A diminuição do número de filhos por mulheres em idade fértil é uma tendência nacional. A inserção das mulheres no mercado de trabalho, as mudanças na condição socioeconômica e a realização de programas socioeducativos que visam à contracepção são alguns aspectos que podem influenciar esse quadro. O município do Rio de Janeiro destaca-se dos demais analisados por possuir população mais velha.

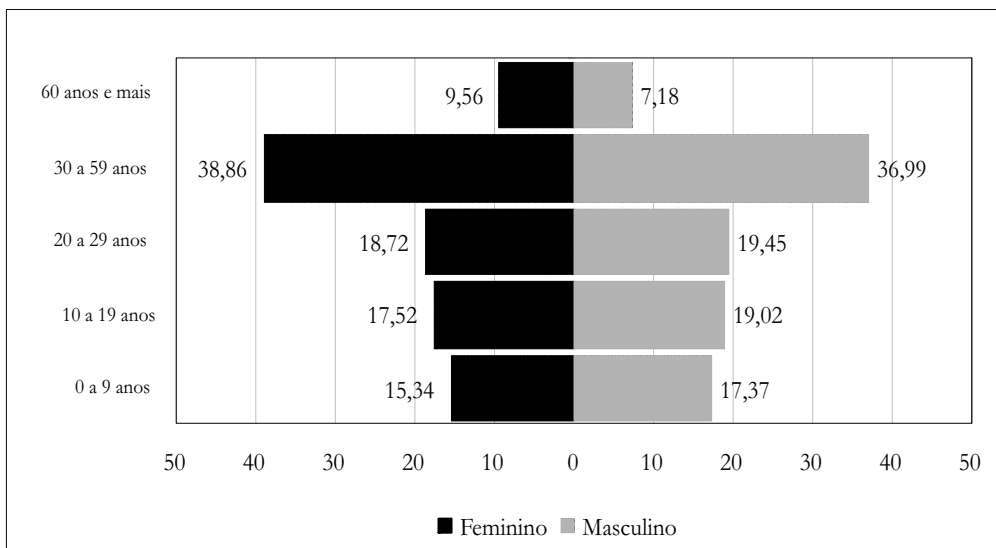
Gráfico 9 – Distribuição proporcional da população, segundo faixa etária e sexo. Rio de Janeiro - 2000



Fonte: IBGE, 2004a.

A população de Curitiba está sofrendo rápida transformação quanto a sua estrutura etária. Desde a década de 90, mais da metade da população passou a ter mais de 24 anos, proporção que chegou, em 2000, ao valor de 55,4%. Sendo que 14.935 dos moradores, em 2000, já tinham mais de 80 anos de idade. No gráfico 10, observamos a base mais estreita da pirâmide, indicativa de um padrão populacional de envelhecimento da população.

Gráfico 10 – Distribuição proporcional da população, segundo faixa etária e sexo. Manaus - 2000



Fonte: IBGE, 2004a.

## INDICADORES DE EDUCAÇÃO

Na tabela 11, mostramos alguns indicadores de educação da população das cinco cidades investigadas. Como podemos observar, Manaus e Recife apresentam os piores índices, reflexo da maior concentração de riquezas. Essas cidades possuem também as piores taxas de alfabetização. Curitiba se destaca pelos melhores resultados na educação, embora ainda exista um percentual significativo de pessoas analfabetas ou com poucos anos de estudo.

Tabela 11 – Indicadores de educação de quatro cidades brasileiras e Distrito Federal – 2000

Cidades	Percentual de crianças de 7-14 anos analfabetas	Percentual de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas	Percentual de pessoas de 15 anos ou mais com menos de 4 anos de estudo	Taxa de alfabetização*	Média de anos de estudo de pessoas com 20 ou mais anos
Manaus	11,0	6,1	17,2	78,3	7,2
Distrito Federal	5,6	5,7	14,0	82,2	8,3
Recife	12,2	10,6	18,9	79,4	7,6
Rio de Janeiro	5,9	4,4	12,9	86,0	8,4
Curitiba	2,7	3,4	12,1	86,6	8,5

Fonte: IBGE (2004c); Pnud (2003).

\*Percentual de população de 15 ou mais anos de idade que sabe ler e escrever.

Em todos os municípios estudados, ressaltamos a redução do índice de analfabetismo e aumento da frequência à escola de 1991 para 2000, seguindo tendência nacional. Todavia, ainda há muito a ser alcançado para que a taxa de alfabetização se reduza a valores próximos de zero e para que se aumente o número de anos de estudo da população dessas cidades.

## INDICADORES DE HABITAÇÃO E SANEAMENTO

As condições de habitação dos espaços sociais estudados podem ser visualizadas na tabela 12. Podemos observar que a oferta de energia elétrica beneficia quase a totalidade da população das cinco áreas aqui estudadas. Serviços de coleta de lixo e água encanada são bem elevados em Curitiba, Rio e Distrito Federal. Recife e Manaus possuem índices mais baixos.

Maior percentual de moradia em domicílios considerados subnormais (entendidos como aqueles que se situam em área de ocupação desordenada e sem direito de propriedade) ocorre no Rio de Janeiro – com mais de 500 áreas em favelas; e em Manaus, com muitos terrenos de invasão.



Tabela 12 – Distribuição dos domicílios 2000

Cidades	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com densidade acima de 2 pessoas por dormitório	Percentual de pessoas que vivem em domicílios subnormais*	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com água encanada	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com serviço de coleta de lixo
Manaus	45,6	12,0	74,0	99,0	91,3
Recife	18,7	9,6	87,8	99,9	96,0
Distrito Federal	19,4	1,4	94,5	99,7	98,3
Rio de Janeiro	17,1	18,8	97,8	99,9	98,7
Curitiba	11,3	9,3	99,0	99,9	99,5

Fonte: Pnud, 2003.

\* Ocupação desordenada e sem título de posse de terreno ou título de propriedade.

Manaus destaca-se das demais cidades por possuir indicadores mais precários: maior densidade de pessoas por dormitório, elevada porcentagem de população sem título de posse de terreno ou propriedade, maior percentual de pessoas em domicílios sem água encanada, luz elétrica e serviço de coleta de lixo e em condições de saneamento inadequadas. Manaus possui apenas 32,6% dos domicílios ligados à rede geral de esgoto ou pluvial e apenas 36,7% possuem fossa séptica.

Em Recife, notamos menor provimento de água para a população, além do fato de o abastecimento ser intermitente. Existe uma estrutura doméstica ou predial de armazenamento de água (caixa d'água, poços e outras), que visa a prevenir a interrupção do abastecimento. Essa diferença produzida pelo armazenamento alternativo resulta em desigualdade de acesso ao serviço de abastecimento de água não registrada pelos sistemas de informação. O escoamento inadequado dos esgotos é generalizado. O funcionamento deficiente de muitas redes de coleta e das fossas, sobretudo em solos mais encharcados, provoca muitos problemas, principalmente de saúde. Como seria de esperar, existe maior carência de esgotamento sanitário nas áreas periféricas da cidade, sobretudo nos bairros pobres.

O indicador de esgotamento sanitário representa melhor a realidade de Recife que o abastecimento de água, pois discrimina bairros com menor infra-estrutura. Isso pode ser exemplificado pelo fato de os bairros mais ricos possuírem 100% dos domicílios com banheiros ligados à rede geral de esgotamento sanitário e os mais pobres possuírem apenas 1%. Recife como um todo tem apenas 42,9% dos domicílios ligados à rede geral de esgoto ou pluvial e 15,2% de residências com fossa séptica.

No Distrito Federal, há uma média de moradores por domicílio urbano de 3,7 pessoas. As residências têm em média 6,8 cômodos e 95,8% são construídos em alvenaria, exceto os assentamentos populacionais irregulares que apresentam habitação em péssima condição de moradia. O abastecimento de água vem recebendo fortes investimentos: o Centro de Abastecimento de Água e Esgoto de Brasília (Caesb) dispõe de moderno laboratório

de análise que controla a qualidade da água distribuída em todo o Distrito Federal, além de desenvolver amplo programa de redução de perdas de água e promover a eliminação de ligações clandestinas. Atualmente, a Caesb opera seis grandes sistemas e 24 subsistemas de abastecimento de água, bem como 18 sistemas de coleta e tratamento de esgotos. No Distrito Federal, 83,5% dos domicílios estão ligados à rede geral de esgoto ou pluvial e 6,3% com fossa séptica e pode ser considerado exemplo de resolução do problema de saneamento básico para todo o país.

Rio de Janeiro e Curitiba apresentam as menores densidades de pessoas por domicílio dentre as cinco áreas estudadas, bons indicadores de água, luz, coleta de lixo e elevado percentual de domicílios ligados à rede geral de esgoto ou pluvial (78% e 77,4%, respectivamente). O esgotamento através de fossa séptica complementa mais 15,6% de esgotamento sanitário, configurando índices significativamente elevados para a realidade brasileira, em que boa parte da população não é beneficiada com sistema de esgotos.

## TAXAS DE DESEMPREGO

Apresentamos a taxa de desemprego para as Regiões Metropolitanas do Recife, Rio de Janeiro e Curitiba e para o Distrito Federal, obtidas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) 2003. Não foi possível obter dados para Manaus. Esta taxa se refere ao percentual da população de 10 anos e mais desocupada e é um importante indicador para avaliar condições de vida. Concluímos também que a taxa de desemprego é relevante para análise de causas e dinâmica de criminalidade e violência, embora entre os dois processos sociais não exista linearidade.

A Região Metropolitana do Recife se destaca pelo mais elevados percentuais de desempregados: 17,8% da população acima de 10 anos de idade. Segue a ela o Distrito Federal, com 14,3%. Curitiba, dentre as cinco, tem a Região Metropolitana com menos população desempregada (8,1%).

Tabela 13 – Taxa de desemprego por Região Metropolitana e Unidade da Federação – 2004 (em percentuais)

Cidades	Taxa de desemprego
Manaus	-
Recife	17,8
Distrito Federal	14,3
Rio de Janeiro	11,9
Curitiba	8,1

Fonte: IBGE, 2004c.

As informações apresentadas oferecem uma descrição sucinta dos índices que configuram as condições de vida da população dos cinco municípios analisados. Observando os vários indicadores podemos dizer que eles são, em grande medida, uma configuração da situação de infra-estrutura e dos problemas sociais das grandes metrópoles brasileiras com suas conquistas, desigualdades e assimetrias. Por si, esse quadro não indica nada específico em relação à geração dos conflitos sociais que redundam na forte demanda de serviços de saúde voltados para atendimento de agravos e lesões. No entanto, a história de outros países e a historicidade das formações sociais brasileiras evidenciam que vencer as desigualdades estruturais, investir no acesso ao trabalho, à educação e às políticas públicas promove a cidadania e é antídoto da violência e da decadência social.